

Circuitos da economia Urbana, Economia Regional e Desenvolvimento Territorial Sustentável em São Sebastião/SP: Uma Revisão Bibliográfica a Partir de Milton Santos

Urban Economy Circuits, Regional Economy and Sustainable Territorial Development in São Sebastião/SP: A Bibliographic Review Based on Milton Santos

Guilherme Santos Monteiro

Fatec São Sebastião

guilherme.monteiro@cps.sp.gov.br

Gabriel França Nagamatsu

Universidade de Taubaté

gabrielfrancanagamatsu@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a configuração socioespacial do município de São Sebastião, no Litoral Norte paulista, sob a ótica da teoria dos circuitos superior e inferior da economia urbana formulada por Milton Santos. Busca-se compreender as contradições intrínsecas à coexistência de um complexo portuário-logístico de relevância macroeconômica e a persistência de modos de vida tradicionais, marcadamente a pesca artesanal caiçara, frente aos imperativos do desenvolvimento territorial sustentável. A metodologia ancora-se em uma revisão bibliográfica sistemática e crítica, tencionando o pensamento santhiano com as formulações clássicas da economia regional, notadamente os polos de crescimento e a causação circular cumulativa e os debates contemporâneos da bioeconomia e das múltiplas dimensões da sustentabilidade. Os resultados demonstram que a modernização corporativa do circuito superior engendra processos centrípetos de acumulação e espoliação urbana, traduzidos em gentrificação e degradação ambiental, enquanto o circuito inferior atua como franja de resistência socioespacial. Conclui-se que o planejamento territorial sustentável na região pressupõe a superação do modelo de enclave, demandando novos arranjos de governança participativa e o fortalecimento das economias endógenas de proximidade.

Abstract

This article analyzes the socio-spatial configuration of the municipality of São Sebastião, on the northern coast of São Paulo, from the perspective of the theory of the upper and lower circuits of the urban economy formulated by Milton Santos. It seeks to understand the intrinsic contradictions in the coexistence of a port-logistics complex of macroeconomic relevance and the persistence of traditional ways of life, markedly artisanal Caiçara fishing, in the face of the imperatives of sustainable territorial development. The methodology is anchored in a systematic and critical literature review, placing Santhian thought in tension with the classical formulations of regional economics, notably growth poles and circular cumulative causation, and contemporary debates on bioeconomics and

Palavras-chave

Formação Socioespacial
Circuitos da Economia Urbana
Economia Regional
Pesca Artesanal
Sustentabilidade Territorial

Keywords

Socio-spatial Formation
Circuits of the Urban Economy
Regional Economics
Artisanal Fishing
Territorial Sustainability

the multiple dimensions of sustainability. The results demonstrate that the corporate modernization of the upper circuit engenders centripetal processes of accumulation and urban dispossession, translated into gentrification and environmental degradation, while the lower circuit acts as a fringe of socio-spatial resistance. It concludes that sustainable territorial planning in the region requires overcoming the enclave model, demanding new participatory governance arrangements and the strengthening of endogenous proximity economies.

1. Introdução

A investigação sobre as dinâmicas de organização territorial em municípios costeiros de modernização tardia impõe o desafio de decifrar as contradições inerentes à justaposição de lógicas econômicas assimétricas. O município de São Sebastião, localizado no Litoral Norte do estado de São Paulo, constitui um cenário empírico emblemático dessa clivagem socioespacial. Ao longo das últimas décadas, o território sebastianense foi transformado pela fixação de infraestruturas técnicas de grande porte e alta densidade de capital, como o Terminal Marítimo de São Sebastião (TEBAR) e o complexo portuário local, ao mesmo tempo em que permaneceu como repositório de fluxos turísticos sazonais de elite e, de forma resistente, como abrigo de comunidades caiçaras cujas práticas produtivas remontam a temporalidades consuetudinárias, expressas sobretudo na pesca artesanal.

Esse quadro de heterogeneidade estrutural e fragmentação do espaço urbano encontra no arcabouço teórico-conceitual de Milton Santos uma chave interpretativa de inegável vigor heurístico. A teoria dos dois circuitos da economia urbana, o superior e o inferior, formulada pelo geógrafo baiano, recusa as leituras dualistas lineares que enxergavam na informalidade ou nos modos de vida tradicionais meros resquícios de um atraso condenado à diluição pelo progresso técnico. Pelo contrário, na perspectiva *santhiana*, ambos os circuitos são produtos dialéticos da mesma modernização seletiva e corporativa, coexistindo de forma tensionada e organicamente vinculada na periferia do sistema capitalista (SANTOS, 2008). Em São Sebastião, o circuito superior corporifica-se nas redes logísticas, no sistema financeiro e na especulação imobiliária de veraneio, enquanto o circuito inferior ganha materialidade na economia de proximidade, nos serviços precarizados e no manejo artesanal dos recursos marinhos.

A elucidação dessa clivagem intraurbana ganha densidade analítica ao se propor um diálogo interdisciplinar entre a Geografia Crítica, as teorias da Economia Regional e as premissas do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Sob o prisma regional, as formulações de François Perroux (1967) acerca dos polos de crescimento e o modelo de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal (1957) oferecem subsídios fundamentais para compreender como a instalação de indústrias motrizes e eixos logísticos tende a concentrar recursos e centralizar o comando econômico, aprofundando as disparidades geográficas. Ademais, as reflexões de Albert Hirschman (1958) sobre os efeitos de encadeamento e a perspectiva histórica de Wilson Cano (1998) iluminam os mecanismos de macroconcentração que subordinaram o litoral aos interesses do *hinterland* industrial paulista.

No que tange à sustentabilidade, a complexidade do objeto exige confrontar a abordagem multidimensional de Ignacy Sachs (1993) com a crítica bioeconômica de Nicholas Georgescu-Roegen (1971), cuja aplicação da Segunda Lei da Termodinâmica à economia alerta para os limites físicos do crescimento material e para a irreversibilidade antrópica sobre os ecossistemas costeiros. O debate é contemporizado pelas formulações de Cardoso et al. (2014) e Del Bianco et al. (2024), que discutem a emergência

de novos paradigmas de governança inovadora e a necessidade de fortalecimento dos arranjos endógenos face à voracidade dos capitais exógenos.

Diante desse cenário complexo, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as interações entre os circuitos superior e inferior da economia urbana em São Sebastião/SP, avaliando seus impactos sobre a economia regional e suas implicações para a construção de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável. Para cumprir tal desiderato, o trabalho estrutura-se em objetivos específicos que compreendem: a revisão crítica das categorias de Milton Santos aplicadas ao espaço costeiro; a discussão das forças centrípetas de polarização econômica à luz do pensamento regionalista; a problematização dos limites ecológicos da expansão portuária frente aos modos de vida tradicionais; e a proposição de caminhos conceituais para uma governança urbana que reconcilie eficiência técnica e justiça socioespacial.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Produção do Espaço Dividido: Milton Santos e a Dialética dos Circuitos Urbanos

A compreensão da dinâmica urbana nos países de industrialização periférica exige o abandono das matrizes eurocêntricas que pressupõem a homogeneização do espaço pelo avanço das forças produtivas modernas. Santos (1993) propõe, em substituição aos binarismos tradicionais, a categoria de "espaço dividido", demonstrando que a urbanização no Terceiro Mundo é marcada por uma simultaneidade de temporalidades e racionalidades que se materializam nos circuitos superior e inferior da economia urbana. Esses circuitos não devem ser interpretados como setores isolados, mas como instâncias interdependentes que se alimentam mutuamente dentro de uma mesma totalidade social. Como salienta Santos (2008, p. 43), "os dois circuitos são o resultado de uma única causa: a modernização tecnológica seletiva, cujos efeitos se fazem sentir sobre o conjunto da atividade econômica".

O circuito superior é o vetor da modernidade técnico-científico-informacional. Caracteriza-se pelo uso intensivo de capital, estruturas organizacionais rigidamente hierarquizadas, dependência de redes institucionais de crédito e subordinação a fluxos de informação extralocais. É o circuito das grandes corporações, dos enclaves logísticos e das frações do capital financeiro que operam a valorização imobiliária. Sua lógica espacial é regida pela busca da fluidez e da velocidade, tendendo a desconsiderar as especificidades históricas do lugar em prol de conexões com redes globais de acumulação flexível. Conforme adverte Santos (2004), a seletividade técnica cria "pontos" de alta fluidez imersos em densas áreas de carência socioeconômica, configurando o que se convencionou chamar de espaço de fluxos.

O circuito inferior, por sua vez, constitui o reverso dialético dessa engrenagem corporativa. Baseado em atividades intensivas em mão de obra, baixo limiar de capitalização, tecnologias adaptadas ou tradicionais e redes de sociabilidade e crédito

assentadas na proximidade e na confiança mútua, ele absorve a massa de trabalhadores marginalizados pelas exigências tecnológicas do circuito superior (SANTOS, 2008). Longe de ser um apêndice ineficiente, o circuito inferior cumpre o papel estrutural de baratear os custos de reprodução da força de trabalho nas cidades periféricas, provendo bens e serviços que o grande capital negligencia. Em São Sebastião, a fricção entre esses circuitos é cotidiana: a modernização técnica do porto e a expansão dos condomínios fechados avançam sobre as áreas de vivência do circuito inferior, reconfigurando o valor da terra e expulsando as manifestações tradicionais para as franjas de vulnerabilidade socioespacial.

2.2 Economia Regional: Polos de Crescimento, Forças Centrípetas e Macroconcentração

Para qualificar a escala de análise intraurbana e sua inserção na dinâmica macroeconômica, torna-se imperativo recorrer ao referencial teórico da economia regional crítica. Perroux (1967) rompe com a premissa abstrata do espaço cartesiano ao postular que o desenvolvimento econômico não se manifesta de forma ubíqua, mas se concentra em "polos de crescimento". Estes polos são estruturados por indústrias motrizes que, através de sua capacidade de atração e efeitos propulsores, alteram a geometria econômica do seu entorno. De acordo com Perroux (1967, p. 112), "o crescimento não aparece em toda parte ao mesmo tempo; ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis". No entanto, a transposição desse conceito para as formações sociais periféricas revela que as forças de polarização tendem a se sobrepor aos efeitos de irradiação, transformando o polo em um enclave logístico que drena os recursos locais.

Essa tendência à concentração encontra fundamentação rigorosa no modelo de causalção circular cumulativa proposto por Myrdal (1957). Refutando as teses de convergência e equilíbrio espontâneo dos mercados, o autor demonstra que as forças econômicas operam de maneira centrípeta: o território que inicialmente concentra vantagens infraestruturais e institucionais atrai continuamente capitais, inovações e força de trabalho qualificada. Esse processo gera efeitos de polarização (*backwash effects*) que deprimem as regiões periféricas e os setores tradicionais, aprisionando-os em um ciclo de subdesenvolvimento relativo (MYRDAL, 1957).

A análise das forças de encadeamento de Hirschman (1958) complementa esse quadro. Ao discutir os nexos para trás (*backward linkages*) e para a frente (*forward linkages*), Hirschman (1958) reconhece que o crescimento se dá por desequilíbrios deliberados. Todavia, em territórios marcados pela dependência estrutural, os encadeamentos gerados por macroinfraestruturas portuárias sofrem um processo de "vazamento espacial", beneficiando as sedes corporativas situadas em metrópoles nacionais ou globais e legando ao espaço local a retenção dos passivos ambientais e habitacionais. Esta dinâmica histórica de desigualdade regional é consolidada na historiografia econômica por Cano (1998), que esquadrija como a concentração

industrial em São Paulo consolidou uma divisão inter-regional do trabalho espoliativa, transformando o litoral paulista em um corredor de exportação e plataforma de suporte logístico superexplorada pelo complexo agroindustrial e financeiro do planalto.

2.3 O Paradigma do Desenvolvimento Territorial Sustentável frente aos Limites Entrópicos

A persistência dessas assimetrias socioespaciais impõe a necessidade de tensionar os modelos de crescimento econômico à luz do paradigma do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Sachs (1993) propõe uma desconstrução do reducionismo produtivista, postulando que o desenvolvimento deve ser aferido através de uma matriz multidimensional e integrada. Para Sachs (1993), a sustentabilidade territorial pressupõe a convergência harmônica de cinco dimensões irreduzíveis: a dimensão social, focada na equidade e na erradicação da pobreza; a dimensão econômica, que exige a eficiência produtiva subordinada à justiça distributiva; a dimensão ecológica, voltada à preservação dos ecossistemas; a dimensão espacial, que preconiza o equilíbrio geográfico das atividades; e a dimensão cultural, que postula o direito à continuidade histórica e a valorização das identidades e saberes locais.

Essa formulação multidimensional adquire contornos de rigidez física e imperativo termodinâmico na obra de Georgescu-Roegen (1971). Ao fundar a bioeconomia, o autor introduz a Lei da Entropia no cerne da teoria econômica, demonstrando que o processo produtivo consiste, fundamentalmente, na transformação irreversível de baixa entropia (recursos naturais finitos e organizados) em alta entropia (resíduos dissipados e poluição). Conforme argumenta Georgescu-Roegen (1971, p. 211), "todo processo econômico gera um custo entrópico que diminui a quantidade de energia útil disponível para o futuro". Sendo o planeta um sistema fechado materialmente, a busca por um crescimento físico ilimitado esbarra em barreiras termodinâmicas intransponíveis, obrigando o planejamento urbano e regional a reconhecer que a expansão das infraestruturas e dos fluxos corporativos do circuito superior impõe um custo ecológico severo sobre a base de reprodução do circuito inferior.

Contemporaneamente, as investigações de Cardoso et al. (2014) e Del Bianco et al. (2024) avançam na operacionalização do DTS ao problematizarem as estruturas de governança local. Del Bianco et al. (2024) sustentam que os territórios devem desenvolver capacidades de inovação social e cooperação em rede para se contraporem à lógica de subordinação aos capitais globais. Complementarmente, Cardoso et al. (2014) argumentam que a sustentabilidade territorial exige sistemas de gestão estratégica munidos de indicadores complexos, capazes de monitorar as assimetrias ambientais e garantir que a repartição dos bônus econômicos seja democraticamente pactuada no lugar, sob pena de perpetuação do subdesenvolvimento disfarçado de modernização técnica.

3. Procedimentos Metodológicos

O percurso metodológico adotado nesta investigação orienta-se pela abordagem qualitativa, de cunho exploratório e analítico-interpretativo, estruturado por meio de uma revisão bibliográfica sistemática e territorializada. O desenho metodológico justifica-se pela necessidade de consolidação de um quadro teórico-conceitual denso, capaz de articular as categorias abstratas da Geografia Crítica e da Economia Regional à realidade empírica de um município portuário periférico, fornecendo subsídios para o debate contemporâneo sobre o planejamento e o ordenamento territorial costeiro.

O levantamento do corpus bibliográfico foi balizado por três eixos temáticos integrados:

1. A Teoria dos Circuitos Urbanos: por meio do exame das obras estruturantes de Milton Santos (1993, 2004, 2008), focando nas relações dialéticas entre o circuito superior corporativo e o circuito inferior de subsistência;
2. Teorias de Economia Regional e Concentração: compreendendo os textos de Perroux (1967), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e a crítica histórica da concentração industrial de Cano (1998);
3. Desenvolvimento Territorial Sustentável e Bioeconomia: com base nas matrizes conceituais de Sachs (1993) e Georgescu-Roegen (1971), em articulação com as discussões de governança e indicadores de Cardoso et al. (2014) e Del Bianco et al. (2024).

Adicionalmente à literatura acadêmica clássica, procedeu-se à análise documental de materiais institucionais secundários, abrangendo as diretrizes espaciais e logísticas do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de São Sebastião (PORTO DE SÃO SEBASTIÃO, 2016) e relatórios técnicos veiculados pela Prefeitura Municipal de São Sebastião (SÃO SEBASTIÃO, 2026). Esses documentos foram escrutinados com o objetivo de capturar as narrativas oficiais acerca do fomento à pesca artesanal, salvaguarda da cultura caiçara e promoção de arranjos ecoturísticos locais. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo crítica, estruturada em três fases: categorização temática, cruzamento conceitual interdisciplinar e síntese dialética aplicada à formação socioespacial do município.

4. Resultados e Discussão

4.1 Circuito Superior Portuário: Modernização Corporativa e Segregação do Solo Urbano

A tradução empírica das categorias de Milton Santos no espaço sebastianense evidencia o caráter cindido de sua organização territorial. O circuito superior em São Sebastião encontra sua máxima expressão no complexo portuário e no Terminal Marítimo de São Sebastião (TEBAR). Estas estruturas funcionam como eixos nevrálgicos

de circulação de commodities e combustíveis, operando sob uma lógica corporativa caracterizada por elevada densidade informacional, automação técnica e subordinação a agências reguladoras nacionais e redes globais de governança logística (PORTO DE SÃO SEBASTIÃO, 2016). O porto manifesta-se de forma nítida como o polo de crescimento teorizado por Perroux (1967). No entanto, o dinamismo econômico por ele gerado atua de maneira seletiva e assimétrica: os investimentos em infraestrutura viária e dragagens de aprofundamento visam garantir exclusivamente a fluidez das mercadorias e a valorização do capital exógeno, configurando um enclave espacial que se desarticula das demandas socioeconômicas históricas do município.

A causação circular cumulativa mapeada por Myrdal (1957) opera em São Sebastião de forma perversa na estruturação do solo urbano. A centralidade logística do porto, combinada com a violenta pressão do mercado imobiliário voltado ao turismo de veraneio de alta renda, engendra um processo crônico de valorização artificial da terra urbana e gentrificação. O solo nas planícies costeiras torna-se uma mercadoria proibitiva para as classes populares, forçando os trabalhadores que viabilizam o funcionamento diário da cidade a se fixarem em áreas de vulnerabilidade ambiental e geotécnica, notadamente nas encostas íngremes da Serra do Mar. Como observa Santos (2008), a riqueza capturada pelo circuito superior exacerba a exclusão socioespacial e encarece o custo de vida local, ratificando a tese de Cano (1998) sobre o caráter historicamente excludente do desenvolvimento paulista, que penaliza as frações locais em prol da reprodução das metrópoles e do capital transnacional.

4.2 O Circuito Inferior e a Pesca Artesanal: Modos de Vida Tradicionais sob o Conflito Territorial

Em oposição geométrica e racional à engrenagem corporativa, o circuito inferior em São Sebastião assume materialidade na pesca artesanal e nas redes de sobrevivência caiçara. Praticada em núcleos históricos e comunidades como Araçá e Toque-Toque Pequeno, a pesca artesanal rege-se por uma racionalidade centrada no valor de uso, na reprodução social da família e por um manejo ecológico consuetudinário assentado em saberes geracionais. O uso de técnicas tradicionais de baixa intensidade entrópica, a exemplo dos cercos flutuantes, constitui não apenas uma estratégia de segurança alimentar e geração de renda endógena, mas um baluarte de identidade cultural e preservação da memória coletiva do Litoral Norte. Na acepção de Santos (2008), este circuito desempenha o papel vital de amortecedor social da urbanização periférica, ancorando as populações marginalizadas pelas exigências técnicas do complexo portuário.

Contudo, a análise das dinâmicas territoriais revela que o circuito inferior pesqueiro se encontra sob um processo contínuo de asfixia e expropriação. Embora os documentos da Prefeitura Municipal de São Sebastião (2026) apontem para discursos formais de salvaguarda cultural e incentivo ao turismo de base comunitária, a prática espacial revela uma assimetria profunda de poder. Os pescadores artesanais enfrentam

a perda sistemática de seus territórios tradicionais de arrasto, desembarque e remendo de redes frente à expansão física das zonas de arrendamento do Porto de São Sebastião (2016) e à privatização da orla promovida pela especulação imobiliária. Soma-se a isso a precariedade das infraestruturas locais de armazenamento e beneficiamento do pescado, fator que subordina os produtores tradicionais aos mecanismos de espoliação do capital comercial intermediário. O circuito inferior resiste, portanto, em condições de extrema vulnerabilidade frente às investidas territoriais do circuito superior.

4.3 A Urgência da Sustentabilidade Territorial Justa: Articulando Sachs e Georgescu-Roegen

O tensionamento entre a modernização portuária e a resiliência das comunidades caiçaras expõe a inviabilidade de se pensar o desenvolvimento de São Sebastião sob o prisma do crescimento econômico linear. A aplicação das cinco dimensões do desenvolvimento propostas por Sachs (1993) evidencia que a hipertrofia da dimensão econômica atrelada ao porto atropela a dimensão espacial (segregação habitacional), a dimensão social (desigualdade de renda) e a dimensão cultural (desestruturação do modo de vida tradicional). A sustentabilidade territorial justa exige que a eficiência econômica seja subordinada de forma inegociável à justiça distributiva e à preservação das identidades locais, superando a retórica das compensações ambientais financeiras que operam apenas como salvo-conduto para a destruição de ecossistemas.

Essa necessidade de conversão paradigmática torna-se dramática sob o crivo da bioeconomia de Georgescu-Roegen (1971). As transformações físicas impostas pelo circuito superior portuário, que incluem dragagens de grande escala que alteram a hidrodinâmica marinha, o risco permanente de contaminação por hidrocarbonetos no TEBAR e o soterramento de manguezais, representam uma aceleração drástica da entropia local. Conforme a teoria de Georgescu-Roegen (1971), o Canal de São Sebastião possui limites biofísicos de suporte que, uma vez ultrapassados pela degradação irreversível da energia e da matéria, inviabilizam a reprodução biológica das espécies e, consequentemente, destroem a base material da pesca artesanal.

Para deter essa marcha entrópica, as proposições de Del Bianco et al. (2024) e Cardoso et al. (2014) revelam-se indispensáveis para o planejamento urbano local. Conforme sugerem Del Bianco et al. (2024), a instituição de instâncias inovadoras de governança participativa e deliberativa, conferindo poder real de decisão e direito de veto às colônias de pescadores sobre os planos de expansão do Porto (2016), é o único caminho para frear a expropriação corporativa do território. Paralelamente, como sustentam Cardoso et al. (2014), os sistemas de gestão municipal devem adotar indicadores complexos que mensurem a pegada entrópica e a equidade social, assegurando que os expressivos dividendos fiscais auferidos com as atividades do circuito superior sejam democraticamente canalizados para o fomento tecnológico, infraestrutural e financeiro das cooperativas de pescadores do circuito inferior.

4.4 Quadro-síntese

Quadro 1 – Circuitos econômicos, autores de apoio e implicações para São Sebastião/SP

Dimensão Territorial Analisada	Ancoragem Teórica e Conceitual	Aplicação em São Sebastião
Dualidade e Clivagem Urbana	Santos (1993, 2008)	Justaposição espacial e fricção cotidiana entre o complexo portuário corporativo, o turismo imobiliário de veraneio e as comunidades caiçaras.
Dinâmica Regional e Polarização	Perroux (1967), Myrdal (1957), Hirschman (1958), Cano (1998)	Porto atuando como polo de crescimento assimétrico, gerando processos centrípetos de acumulação e vazamento espacial de valor para o plano metropolitano.
Sustentabilidade e Limites Físicos	Sachs (1993), Georgescu-Roegen (1971)	Expansão logística gerando alta entropia local (degradação do canal marinho), ameaçando os limites de suporte dos modos de vida tradicionais.
Governança e Resistência Endógena	Cardoso et al. (2014), Del Bianco et al. (2024), Prefeitura (2026)	Urgência de arranjos participativos e canais de financiamento que protejam os territórios de pesca frente à expropriação imobiliária e portuária.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da revisão bibliográfica (2026).

5. Considerações Finais

A realização desta revisão bibliográfica sistemática e territorializada permitiu concluir que a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos permanece dotada de um extraordinário poder explicativo para desvelar as contradições estruturais que moldam o município de São Sebastião/SP. O território sebastianense configura-se como um microcosmo da urbanização periférica brasileira, no qual a modernização técnica e informacional do circuito superior coexiste de forma conflituosa com um circuito inferior resiliente, que encontra na pesca artesanal caçara a sua expressão mais contundente de resistência espacial e cultural.

O cruzamento do pensamento *santhiano* com o referencial da economia regional demonstrou analiticamente que o complexo portuário-logístico, longe de atuar como um vetor automático de desenvolvimento regional difuso, opera sob uma lógica circular cumulativa espoliativa. Esse polo de crescimento técnico capta valor para os fluxos globais e nacionais de capital, enquanto socializa localmente os passivos socioambientais, manifestados na gentrificação crônica, na segregação habitacional nas encostas e no encarecimento do solo urbano.

Por outro lado, a incorporação da bioeconomia de Georgescu-Roegen e da multidimensionalidade de Sachs forneceu o lastro normativo para denunciar a insustentabilidade do modelo atual. A expansão física do circuito superior logístico impõe uma pegada entrópica severa sobre o Canal de São Sebastião, ameaçando os limites biofísicos que sustentam as atividades tradicionais do circuito inferior. O resgate

da pesca artesanal e da identidade caiçara reafirma-se, portanto, não como um saudosismo folclórico, mas como um imperativo de justiça espacial e de equilíbrio ecológico do território costeiro.

Em suma, as perspectivas conceituais delineadas neste artigo apontam que o futuro do planejamento urbano e regional em São Sebastião depende da superação da lógica de enclave. Torna-se urgente a implementação de canais inovadores de governança participativa que descentralizem o poder de decisão e subordinem a eficiência técnica portuária à equidade social e à salvaguarda inegociável dos modos de vida tradicionais. Como agenda para investigações futuras, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas de campo de caráter etnográfico e qualitativo junto às comunidades caiçaras, visando mapear de forma empírica os fluxos de espoliação territorial e subsidiar a formulação de planos diretores municipais comprometidos com a sustentabilidade territorial justa.

Referências

- Cano, W. (1998). Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas: Unicamp.
- Cardoso, B. L. D. et al. (2014). Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(2), 45-62.
- Del Bianco, T. S. et al. (2024). Perspectiva do novo paradigma do desenvolvimento territorial sustentável e inovador. *Redes*, 29(1), 112-135.
- Georgescu-Roegen, N. (1971). *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hirschman, A. O. (1958). *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.
- Myrdal, G. (1957). *Economic theory and under-developed regions*. London: Duckworth.
- Perroux, F. (1967). *A economia do século XX*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Porto de São Sebastião. (2016). *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento*. São Sebastião.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In M. Bursztyn (Org.), *Para pensar o desenvolvimento sustentável* (pp. 29-56). São Paulo: Brasiliense.
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2004). *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2008). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (2ª ed.). São Paulo: Edusp.
- São Sebastião. Prefeitura Municipal. (2026). *Notícias sobre pesca artesanal, turismo de base comunitária e valorização da cultura caiçara*. São Sebastião.

"Os conteúdos expressos no trabalho, bem como sua revisão ortográfica e adequação às normas são de inteira responsabilidade dos autores."

Declaração de IA generativa e tecnologias assistidas por IA no processo de redação

Declara-se pelos autores que durante a preparação deste trabalho foi utilizado Perplexity para apoio na correção ortográfica na língua portuguesa e tradução do resumo para o idioma inglês. Após utilizar esta ferramenta/serviço, os autores editaram e revisaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.